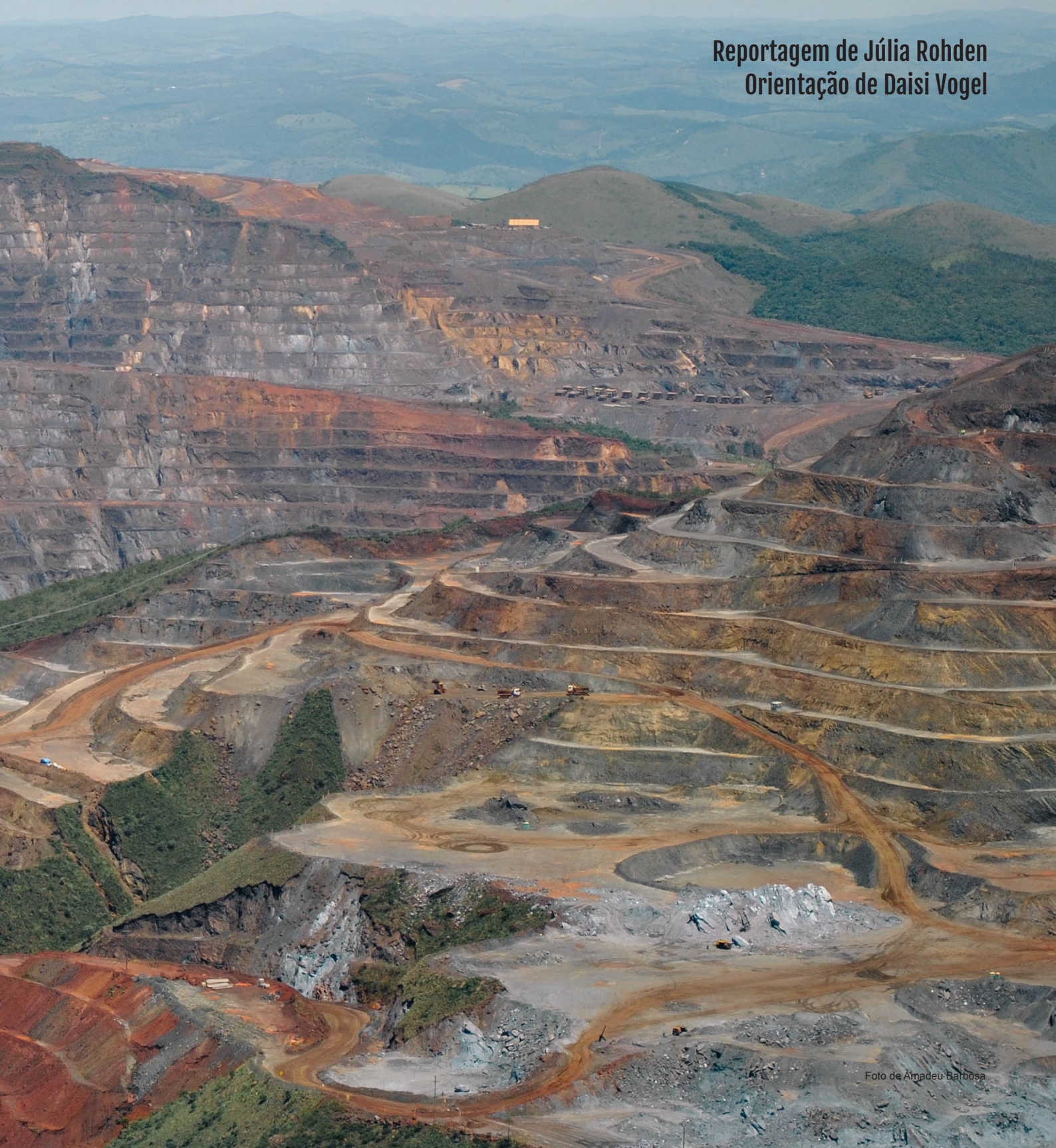


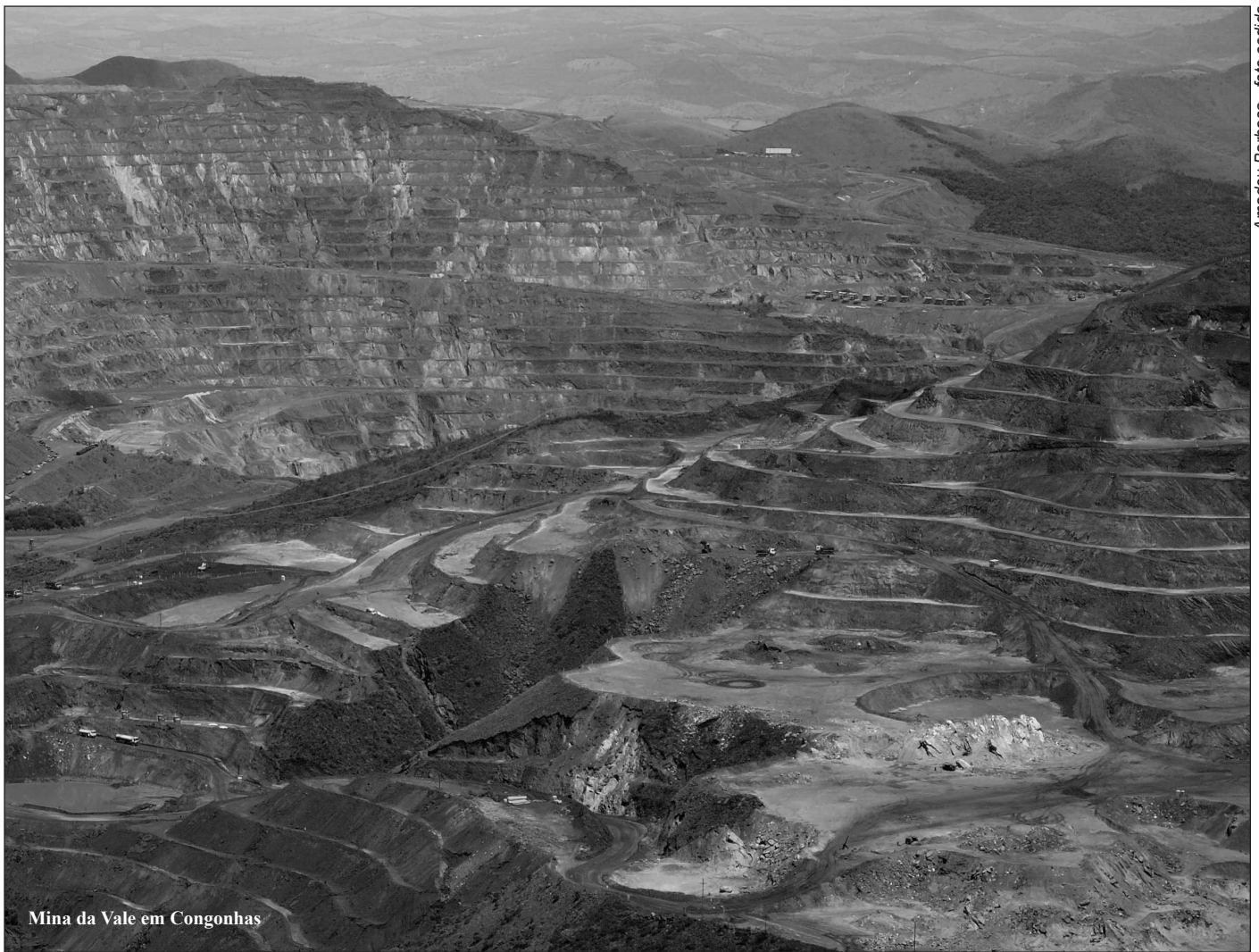
A CÉU ABERTO

Reportagem de Júlia Rohden
Orientação de Daisi Vogel



A CÉU ABERTO

O rompimento da barragem da Samarco em Mariana, em novembro de 2015, trouxe à tona questionamentos sobre a segurança dessas estruturas e de quem vive abaixo delas. São mais de 700 barragens em Minas Gerais, estado que carrega no nome a marca histórica da mineração. A longa trajetória de conflitos ambientais e sociais é característica das cidades que extraem o minério de ferro. As comunidades vizinhas às minas relatam problemas com as empresas por questões fundiárias, poeira e falta de água. Os impactos também se estendem para a economia dos municípios que se torna dependente das mineradoras e sujeita às oscilações do preço da *commodity* no mercado internacional. Mariana é apenas uma parte dessa história.



DO VINHO À LAMA

Falta de diversidade econômica impacta as cidades que dependem do ferro

Ao lado da BR-040, que liga a capital Belo Horizonte às cidades mineradoras como Brumadinho, Congonhas e Mariana, uma das principais atividades econômicas de Minas Gerais deixa suas marcas: minas de ferro surgem dos dois lados da pista, em sequência e tão imensas que não se vê onde terminam e onde começam. São enormes “degraus” coloridos com uma tonalidade que passa pelo marrom, vermelho escuro e preto. Máquinas com pneus de mais de três metros de altura somem em meio ao morro desnudo e fatiado. As estradas que levam ao interior têm o asfalto avermelhado do minério que despenca dos caminhões de transporte e gruda na roupa, na pele, na economia e nos discursos.

Minas Gerais é o estado brasileiro que mais tira ferro da terra e carrega no nome a marca histórica da atividade. No final da tarde, homens voltam para a casa com suas roupas largas de cor escura que se destacam por uma fita refletora e as partículas do pó do minério que brilham. Capacete na

mão, nome da empresa bordado no bolso da camisa, cabeça baixa em visível exaustão. Os carros de tração 4x4, um dos veículos que mais transitam dentro das minas de ferro, também ocupam as cidades com a logomarca da mineradora ou de uma empresa terceirizada. No bar da esquina se discute futebol, política e qualquer coisa sobre minério – uma história pessoal do filho, do neto, do tio que mudou de empresa ou foi demitido, a falta de água em casa ou o quanto a empresa vai ampliar nos próximos meses.

O Brasil é o segundo produtor mundial de minério de ferro, atrás da Austrália. De acordo com o último Anuário Mineral Brasileiro, divulgado em outubro de 2016 pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), no ano passado as substâncias da classe dos metálicos responderam por 76% do valor total da produção mineral comercializada no país. E desse percentual, o ferro atendeu 61,7%. Foram 418 milhões de toneladas de ferro comercializadas, das quais 288 milhões saíram de Minas Gerais.

A concentração nas empresas também é característica do setor. No relatório do DNPM, a Vale aparece como principal produtora de ferro em 2015, responsável por 73,7% da extração (considerando a atuação em Minas Gerais e Pará), seguida pela CSN com 4,49%, Samarco com 3,9% e Anglo American com 2,97%.

A região do Quadrilátero Ferrífero – que ambientalistas e militantes chamam de Quadrilátero Aquífero em alusão à sua importância hídrica – é a principal área de extração do minério de ferro no Brasil. O Pará está em segundo lugar, com 125 milhões de toneladas comercializadas em 2015. O megaprojeto da Vale, chamado S11D, promete alterar o cenário nos próximos anos, extraíndo de Carajás (PA) um minério de alta qualidade que seria vendido a um preço melhor do que o de Minas Gerais.

Atualmente, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), mais de 300 minas estão em operação no estado. Das 100 maiores minas do Brasil, 40 estão em terras mineiras. Nelas, a extração é feita a céu aberto, com enormes cavas para a retirada da *commodity*. Junto do minério, vem também material que não é aproveitado economicamente. Esse material é separado do ferro em um processo que na maioria das vezes utiliza água e o depósito dos resíduos em barragens. Depois de passar por todo o beneficiamento, o ferro é transportado em caminhões que suportam entre 200 e 400 toneladas para o bri-

tador no qual é reduzido a partículas. Por fim, trens ou minerodutos transportam o minério.

Em Minas Gerais, cerca de metade do ferro é destinado às siderúrgicas do estado, e a outra metade à exportação. No Brasil, em média 80% é exportado para ser usado nas indústrias de outros países. A China é o principal consumidor – chegou a importar 60% do minério de ferro brasileiro em 2014 – seguido pelo Japão e Coreia do Sul.

710 barragens de rejeitos

A cidade de Congonhas concentra o minério com mais alto teor de ferro no estado. Diferente de outros locais onde as barragens estão em perímetros rurais, a barragem da CSN fica 70 metros acima do centro de Congonhas. “Está próxima a um núcleo habitacional densamente povoado, por isso se tivesse acidente aqui seria drasticamente maior que Mariana”, afirma o promotor do Ministério Público de Minas Gerais Vinicius Galvão, que em 2013 realizou um Termo de Ajuste de Conduta com a empresa para regularizar uma série de problemas que a barragem apresentava. Hoje, além de viver perto das barragens, os moradores de Congonhas respiram o pó do minério de ferro que sai das minas e deixa a cidade encardida. Nem os doze profetas esculpidos em pedra-sabão por Aleijadinho, que ficam na área externa do Santuário do Bom Jesus do Matosinhos, se salvam do tom avermelhado do pó do minério. A prefeitura retira 790 quilos de pó por dia da principal avenida, trazidos das minas pelo vento e pelos caminhões sujos – até 2012, essa quantidade chegava a sete toneladas. A diminuição foi graças à proibição de veículos com mais de três eixos circularem pela área central da cidade.

A barragem do Fundão – que rompeu em Mariana, em 5 de novembro de 2015, matou 19 pessoas e despejou lama por todo o Rio Doce até chegar ao litoral do Espírito Santo – trouxe para o debate nacional o que já corria nas conversas de vizinhanças rurais que vivem perto de barragens. Nos últimos anos ao menos dois rompi-

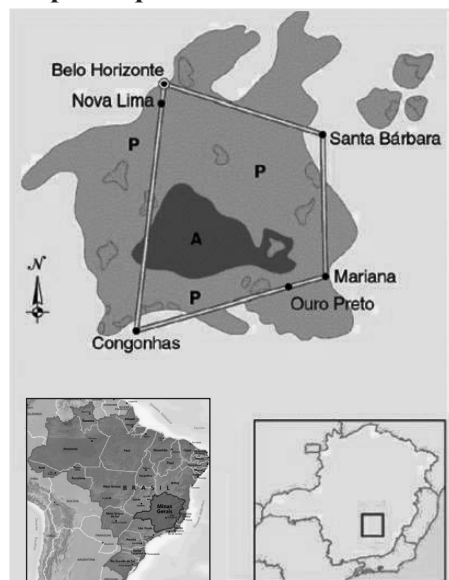
mentos de barragens de rejeitos de minério de ferro causaram mortes em Minas Gerais: em 2014, a estrutura da empresa Herculano soterrou três funcionários em Itabirito e, em 2001, a barragem da mineradora Rio Verde causou a morte de cinco pessoas em Nova Lima.

Um ano antes do rompimento da estrutura em Mariana, o Cadastro de Barragens divulgado pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) apontava o Fundão como de “estabilidade garantida pelo auditor” contratado pela mineradora. O desastre de responsabilidade da Samarco, e suas controladoras Vale e BHP Billiton, gerou desconfiança nas garantias técnicas. No mais recente controle da FEAM, de março de 2016, foram avaliadas 710 barragens, das quais 19 apresentam risco de rompimento e 16 tiveram avaliações inconclusivas pela falta de dados repassados pelas empresas. Do total das 35 barragens que não foram classificadas como seguras, oito apresentam alto potencial de dano ambiental.

Em junho, menos de um ano após o rompimento de Fundão, foi licenciada a barragem da Vale chamada Maravilhas III, em Itabirito, na divisa com Nova Lima (MG). De acordo com o promotor de Justiça Mauro Ellovitch, coordenador regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba, a barragem fica a menos de um quilômetro de alguns condomínios. Ele afirma que em caso de rompimento viria uma onda de lama na altura de 25 metros e as pessoas teriam pouco mais de dois minutos para sair de suas casas. “É inviável, por mais bem treinada que a pessoa esteja, por mais que a sirene funcione. É uma série de variáveis e o mínimo erro vai causar perdas humanas.” A militante ambientalista do Movimento Pelas Serras e Águas de Minas (Movsam) Maria Teresa Corujo alerta que, além de vidas, em caso de rompimento também estaria em risco a captação de água que abastece cerca de dois milhões de pessoas na região metropolitana de Belo Horizonte.

As mineradoras costumam ter facilidade em obter licenças ambien-

Mapa do quadrilátero ferrífero



tais para iniciar os empreendimentos. Para o promotor Ellovitch, a falta de estrutura do estado para fiscalizar é um dos grandes problemas que Minas Gerais enfrenta. A Fundação Estadual de Meio Ambiente, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente (Semad) e responsável pelas fiscalizações e licenciamentos, tem poucos técnicos. O promotor também critica o que chama de auto monitoramento, quando as mineradoras contratam uma outra equipe técnica, supostamente independente, para realizar medições como a quantidade de poeira lançada e de água consumida. “Na prática muitas empresas contratadas apresentam estudo direcionado. Ainda que façam a coleta certa do material, por exemplo, não certificam que a empresa estava operando com um terço da capacidade produtiva no dia. Têm várias maneiras de burlar.” Ele afirma que o estado se esforça mais para licenciar os empreendimentos do que para fiscalizar, “e mesmo o licenciamento é voltado muito mais para autorizar as atividades do que efetivamente limitá-las”, emenda.

Royalties do minério

A fiscalização precária do Estado, aliada à completa dependência das prefeituras, faz com que as empresas encontrem poucas barreiras para seus projetos. O discurso da importância das mineradoras e a falta de diversificação econômica tornam os moradores reféns de uma máquina de extrair minério e moer gente, da qual muitos fazem parte orgulhosamente, talvez por aprender desde cedo que não tem jeito: Minas é da mineração.

A constituição prevê que as mineradoras paguem *royalties* classificados como compensação pelos danos causados – a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). É consenso entre críticos e defensores do modelo extrativista que a CFEM paga pelas mineradoras é baixíssima. Para o minério de ferro é repassado apenas 2% do lucro líquido da empresa – deste total, 65% para o município, 23% para o Estado e 12% para a União. Ainda assim, o valor é suficiente para tornar

as prefeituras dependentes da compensação. Existe uma crença de que os impactos negativos da mineração poderiam ser minimizados com aumento da CFEM e com emprego de novas tecnologias que diminuíssem o pó e não necessitassem de barragem. Mas o que se tem visto nos últimos anos é que os investimentos tecnológicos são feitos para aproveitar cada vez mais o minério, não para poupar a população dos impactos.

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Congonhas, Christian Souza Costa, quando questionado se há algum projeto para alavancar outro setor econômico, responde: “O sonho de toda cidade mineradora é diversificar a economia, mas isso é quase impossível do ponto de vista prático”. Afirma que a CFEM é gasta em serviços para a população que minimizem os impactos da atividade. “A mineração consome tudo o que gera”, resume.

Cinthia Rodrigues, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento do IBRAM, entidade representativa de empresas e instituições que atuam na mineração, defende que o setor não deve ser o único importante nos municípios. “Cabe aos gestores públicos saber investir, principalmente com a CFEM, em outros segmentos para tentar retirar a dependência da mineração.” Já o acadêmico que integra o grupo de pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), Rodrigo Santos, entende que a diversificação econômica em municípios mineradores não é uma questão de vontade política. Ele afirma que o investimento de capital das mineradoras chega a ser quatro vezes maior do que a arrecadação municipal em um ano, ressaltando que o poder das empresas “é muito maior do que a capacidade de alteração do jogo da economia por parte de uma prefeitura”. Santos também afirma que várias prefeituras são compostas por um quadro técnico deficiente que tem a ideia de desenvolvimento relacionada à vinda de uma grande empresa para o município.

Conceição do Mato Dentro, cidade típica do interior mineiro, teve o modo de vida totalmente transformado após o início do empreendimento da mul-

tinacional Anglo American. Patrícia Generoso, moradora que se considera atingida, entende a chegada da mineradora como retrocesso. “Itabira se tornou dependente da mineração depois de 30 anos da atividade. Aqui em Conceição as pessoas já falam que não conseguem viver sem mineração e a licença de operação saiu dia 29 de setembro de 2014.” Para ela, o município vive “justamente o contrário do que deveria ser”, com a seca de nascentes e córregos nas zonas rurais que são vizinhas da mina, aliada à precarização na educação e saúde. “Hoje não nasce uma criança em Conceição, todas as gestantes têm que ir para fora daqui. O hospital não faz parto. Você sabe o que é uma cidade em que não se pode nascer? Isso é simbólico. Em 2016, ter uma cidade com um dos maiores projetos de mineração do Brasil e não ter um hospital que te permite ter filhos?!”, diz Patrícia com ar de súplica e força.

O principal pilar no qual o discurso da necessidade econômica da mineração se sustenta é a geração de emprego. O DNPM estima que no último semestre de 2015 o setor de extração mineral foi responsável por 31,9% dos empregos de Minas Gerais, dos quais cerca de metade seriam na extração de minério de ferro. A diretora de Saúde do Trabalhador da Secretaria de Saúde de Minas Gerais, Marta de Freitas, questiona a qualidade desses empregos. “Tem estudo do IBRAM que afirma que para cada trabalhador da mineração, são gerados outros empregos – só que esquecem de dizer que parte desses empregos são dentro da mina, pela terceirização.” De acordo com ela, os terceirizados que atuam em atividades pesadas, como na mineração, têm cinco vezes mais chances de morrer do que os trabalhadores da empresa. “No caso de Mariana, por exemplo, de 14 trabalhadores que morreram, um era da Samarco e 13 eram terceirizados. Os terceirizados trabalham em condições muito mais precárias, isso significa que vem ocorrendo um massacre dessa categoria.”

Além dos trabalhadores dentro das minas, a mineração fomenta outras atividades, especialmente o comércio e a construção civil. De acordo com

o Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra) a extração do minério de ferro tem potencial de gerar até 35 empregos indiretos e induzidos para cada emprego direto. Esses empregos oscilam de acordo com o preço do minério de ferro no mercado internacional. Quando o preço está bom, as empresas investem em expansões das minas, contratando mão de obra na construção civil. Com a queda do preço do minério, as empresas param de ampliar e também demitem operários.

O advogado e pesquisador do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Vinicius Papatella questiona: “A quem interessa esse discurso que a mineração gera PIB? Sim, gera riqueza, mas para quem, como, para que? E se for detalhando, vemos que é para os grandes acionistas, para as grandes empresas que estão mandando minério para China fazer beneficiamento e a gente comprar de volta”.

A história se esgota

I
*O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.*

II
*Entre estatais
E multinacionais,
Quantos ais!*

III
*A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.*

IV
*Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?*

O poema “Lira itabirana”, escrito em 1984 por Carlos Drummond de Andrade, foi recentemente resgatado por soar como anúncio do maior desastre ambiental do Brasil, o rom-

pimento da barragem de Fundão da Samarco. O poeta nasceu em 1902, em Itabira, cidade onde quatro décadas depois nasceria a Companhia Vale do Rio Doce (que em 2007 passou a se chamar apenas Vale). A 104 quilômetros de Belo Horizonte, foi em Itabira que a então estatal, privatizada em 1997, abriu sua primeira mina para extrair a hematita, minério com altíssimo teor de ferro. O antigo Pico Cauê, descrito por Drummond em outros poemas, foi a primeira serra minerada pela Vale e hoje é uma enorme cratera usada para colocar rejeito de outras minas ativas da empresa. A extração do ferro é a base da economia do município há décadas. Hoje, uma dupla preocupação toma conta: a queda do preço do ferro no mercado internacional e a baixa qualidade dos minérios que restaram por ali.

Itabira é uma das cidades que integram o Quadrilátero Ferrífero. Abrangendo 24 municípios e cerca de 22% do total da população de Minas Gerais, o Quadrilátero é a principal área de extração de minério de ferro do Brasil. Com aproximadamente 7 mil km², tangencia cidades importantes como Belo Horizonte e Ouro Preto.

A região tem relevância na formação social do país. A história do Quadrilátero é ligada à mineração do século XVIII e foi a primeira tentativa de colonização do território brasileiro fora da faixa litorânea. As explorações minerais, principalmente de ouro e diamante trouxeram negros escravizados para a região e deram origem às primeiras cidades mineiras. O professor de história da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Francisco Andrade, entende que essa trajetória do estado gera uma naturalização de uma suposta vocação minerária. Para ele, desde o período colonial houve uma política das elites nacionais para construir e reafirmar o discurso de que Minas Gerais tem “vocação” para a extração de minério. Andrade afirma que é um discurso com ciclo vicioso que cria um certo fatalismo no qual a economia e os empregos dependem da mineração, sem haver outra possibilidade. “Não tem saída porque nada é pensado em termos de investimento de política pública e de economia

local, nada é pensado como alternativa”, crítica.

As cidades do Quadrilátero têm em comum a dependência econômica com a atividade minerária, a forte ligação com mercado externo, a abundância em minério, em água e em conflitos entre atingidos, poder público e empresas mineradoras.

O boom e o abandono

“De um ano para o outro, o município sai da lama para o vinho”, comenta com naturalidade Hernane Abdon, ex-secretário da Fazenda e também de Meio Ambiente de Brumadinho, enquanto explica os impactos que as variações do preço do minério de ferro no mercado internacional causam na cidade. Quando assumiu a secretaria da Fazenda, em 2009, ano de crise do minério, a arrecadação era em torno de R\$ 6 milhões, e em 2011 foi para R\$ 15 milhões, segundo ele “tudo reflexo da mineração”. O mercado passou por uma curta crise, entre 2008 e 2009, mas a partir de 2013 a queda brusca no preço da tonelada do minério afetou diretamente os municípios mineradores.

A cidade, na região metropolitana de Belo Horizonte, surgiu em torno da linha de trem que transportava ferro e se acostumou a ver a mineração como a única resposta. De acordo com Abdon, 85% da atividade econômica em Brumadinho está relacionada à atividade minerária.

Os movimentos da economia internacional afetam as escolas, postos de saúde, projetos de urbanização e outros investimentos públicos da prefeitura de Brumadinho e de outras cidades que vivem do minério de ferro. O mercado do minério tem caráter cíclico de altas e baixas e faz com que secretários e prefeitos tratem com certa normalidade as quedas abruptas da exportação que interferem diretamente na Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, a CFEM, uma das principais fontes de financiar serviços públicos.

A primeira década a partir de 2000 foi marcada por um boom das commodities. Para atender às demandas de países emergentes, em especial da

China, as empresas passaram a enviar navios cheios de ferro brasileiro para o além-mar. De acordo com o relatório do grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), da Universidade Federal de Juiz de Fora, entre 2003 e 2013 as importações globais de minérios aumentaram 630%. Pela análise do PoEMAS, poucos países atenderam a essa demanda. “Em 2013, apenas cinco países foram responsáveis por dois terços das exportações globais de minérios, tendo o Brasil se destacado com um ‘orgulhoso’ segundo lugar [atrás da Austrália], e respondendo por 14,3% das exportações de minério no mundo”, afirma o relatório.

Paulo Rodrigues, geólogo e militante ambientalista, relaciona o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco com o preço do minério no mercado. Ele explica que quando o preço da *commodity* diminui, as mineradoras aumentam o volume de exportação para compensar e, consequentemente aumenta também o volume de rejeitos. “O rejeito aqui no Brasil não é disposto da forma mais eficiente. Se usa muita água e por isso é necessário tempo o suficiente para o rejeito solidificar. A barragem da Samarco é exemplo de uma estrutura que não estava preparada para a velocidade de produção que foi estabelecida para justificar o lucro da empresa.”

Com a oscilação no preço do minério de ferro, além do impacto direto nos cofres das prefeituras, algumas minas foram temporariamente desativadas. O promotor Mauro Ellovitch afirma que o fechamento de minas é um grande problema no estado. Ele explica que no estudo apresentado pela mineradora para obter a licença ambiental existem uma ou duas páginas que laconicamente descrevem o que deve ser feito após a exaustão da mina. O Ministério Público tenta acordo com a empresa, que costuma ser bem-sucedido quando há possibilidade de aproveitamento futuro da área, muitas vezes abandonada ainda tendo minério. “Em vários outros casos temos que ajuizar ações, porque se torna inviável o acordo. Não conseguimos nem mesmo localizar os antigos proprietários ou, quando loca-

lizamos, eles são reticentes a resolver extrajudicialmente.”

No último cadastro de minas abandonadas, divulgado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) em dezembro de 2015, a mina localizada em Brumadinho da empresa Mineração Geral do Brasil é descrita como paralisada e sem controle ambiental, e com vulnerabilidade final qualificada como “muito alta”. Essa mina esteve abandonada por 15 anos e fica próxima ao Parque Estadual do Rola Moça, terceiro maior parque ecológico em área urbana do Brasil. Apenas no começo de 2016, foi acertado um acordo entre o poder público e a mineradora para reabilitação da área e posterior doação ao Parque. A mineração de ferro foi desativada em 2001 e representa sérios riscos como erosões, assoreamentos, rompimento de barragens e contaminação de mananciais

Apesar disso, Abdon soa otimista afirmando que as minas abandonadas são comuns porque antigamente o licenciamento ambiental era mais simples. “Não exigia plano de fechamento de mina, então [as empresas] tiravam o que tinha de bom e iam embora. Isso parou e as exigências são cada vez maiores. Acredito que não vamos ter mais esse problema”, responde com sorriso confiante.

Barracos e buracos

A história da extração de ferro em Minas Gerais, e principalmente no Quadrilátero, está em processo de transformação. Após décadas de exploração, o minério que sobrou é de menor qualidade comparado com as jazidas de Carajás (PA). O minério com baixo teor de ferro, aliado à crise do preço no mercado internacional, indica uma tendência de minas cada vez maiores em Minas Gerais. As mineradoras ampliam o volume em momentos de crise como forma de compensar o preço, e é necessária extrair mais solo para conseguir o minério com baixo teor.

Na contramão dessa tendência, ambientalistas, sindicalistas e líderes comunitários defendem um modelo diferente. “Eu acredito na mineração,

desde que ela não seja feita em qualquer lugar que tenha minério”, afirma o integrante da União das Associações Comunitárias de Congonhas Sandoval de Souza. “Tem que ser com respeito com a comunidade, com transparência e com tecnologia adequada – isso tudo deve estar acima do lucro.”

Vinícius Papatella resume uma posição comum dos ambientalistas que prestam auxílio às comunidades atingidas e enfrentam as mineradoras em debates públicos. “Eu tenho um relógio, eu tenho um celular. Eu não sou contra a mineração, mas contra o modo como acontece no nosso estado – como e para quem? Se queremos extrair nosso minério de ferro, ok, mas que as pessoas sejam consultadas e que o direito de dizer não [ao empreendimento] ou de dizer sim seja respeitado. Além disso, que esse recurso mineral seja beneficiado aqui, no nosso estado.” E complementa: “não que a gente tenha que parar de exportar, porque o Brasil não é autossuficiente em tudo, mas que haja um equilíbrio”.

A perspectiva de Cristiano Parreiras, diretor administrativo do sindicato patronal das mineradoras, é outra. “O maior desafio hoje é provar que o setor mineral opera com responsabilidade e pode continuar gerando benefícios para toda nossa sociedade por muitos e muitos anos”, afirma.

As cidades que extraem o minério no estado vivem realidades distintas influenciadas pelas escolhas políticas de prefeitos, pelo contexto histórico, pela qualidade do minério, mas todas seguem um trajeto parecido de extrema dependência de uma única atividade, de um recurso mineral que é finito. O militante Paulo Rodrigues sintetiza o que sobra depois que a cava da mina é exaurida e a empresa vai embora: “barracos e buracos”.

MINA PERTO DE CASA

A convivência impossível entre moradores e empreendimento

O único cômodo da casa é coberto por teto de palha, sem cama, nem paredes. O fogão a lenha, o filtro de barro e alguns instrumentos para o trabalho na roça são a mobília de Lúcio Pimenta. Morador de Conceição do Mato Dentro, município próximo à região do Quadrilátero Ferrífero, sua casa ocupa o centro do terreno de terra seca, cercado por arame farpado e repleto de materiais de construção velhos – pneus de borracha, lona, troncos de madeira. Lúcio tem as mãos com pele grossa e o cenho franzido de sol. Ele é o morador mais próximo de terrenos da Anglo American que iniciou a primeira mina de ferro no município. Lúcio pode transitar apenas por uma estrada de barro para chegar em casa sem passar pelas terras da empresa. De um lado da estrada é terra da mineradora, e do outro também. “Se eu atravessar aqui, já estou dentro do terreno deles”, diz apontando para o outro lado da cerca.

Lúcio Pimenta não sabe ao certo quantos processos tem contra ele. Calcula que são mais de dez. Neles, a Anglo American o acusa de invasão de terra. “Sou tachado como invasor dentro da terra que foi do meu tataravô, do meu bisavô, do meu avô.”

O conflito da família Pimenta com a mineradora é exemplo que se repete na região. Tradicionalmente, a propriedade e a posse fundiária na zona rural de Conceição do Mato Dentro são usadas coletivamente por irmãos, pais, primos, tios. “Ninguém queria ficar dividindo terra, porque todo mundo sabe que terra é para produzir”, explica a moradora Patrícia Generoso. As propriedades são caracterizadas por informalidade jurídica e costumam não ser transferidas após o falecimento dos proprietários.

No mesmo terreno tem várias casas de pau-a-pique ou adobe com teto de barro ou palha e piso batido de terra, onde a área de plantio, as fontes de água e o local de criação de animais

são compartilhados pela família. Essa forma de organização fundiária é uma herança dos escravos da região onde hoje está o empreendimento, marcada pela utilização de mão-de-obra escrava durante o período colonial.

Alguns integrantes das famílias se mudavam temporariamente para outras cidades atrás de emprego e para tentar juntar dinheiro, mas sempre com a perspectiva de retornar à Conceição do Mato Dentro. No caso dos Pimenta, e em vários outros, a compra da terra foi feita apenas com algum dos familiares. Quem estava em outra cidade, por exemplo, não pode negociar. Lúcio Pimenta vive ilhado por terras da Anglo American porque mesmo os parentes contrários à venda acabaram deixando a região por se sentirem pressionados pela mineradora. Ele aguarda a decisão da justiça sobre a posse da terra e repete diversas vezes que só quer que a lei seja cumprida. A falta de instrução jurídica, de documentação e de defensoria



Conflito fundiário entre Lúcio Pimenta e a mineradora Anglo American é exemplo de caso que se repete

pública na cidade (que começou apenas em dezembro de 2015) torna desigual a disputa com a multinacional Anglo American e faz com que muitos moradores decidam tentar a vida em outro lugar.

A maioria das terras da região foram vendidas em 2006 para um homem que se apresentava como integrante da empresa agropecuária Borba Gato e se dizia interessado em comprar os terrenos para criar cavalos. Segundo Patrícia, os moradores começaram a estranhar tantas propostas em uma zona que até então não tinha valor comercial. Ela lembra quando viu a placa “Borba Gato Agropastoril” pregada no portão de uma das áreas recém compradas e associou ao nome do bandeirante Borba Gato que foi um dos primeiros descobridores de pedras e metais preciosos em Minas Gerais. “Quem escolhe esse nome não é à toa”, pensou.

É amplamente reconhecido que a Borba Gato Agropastoril S/A atuou

na aquisição de terras para a MMX, empresa mineradora do grupo de Eike Batista. O relatório apresentado por consultoria técnica da empresa Diversus, a pedido do Ministério Público, entende que “foi criada, ou apenas utilizada, uma empresa denominada Borba Gato Agropastoril, responsável pela aquisição, ou tentativa de aquisição, de terras na região com a justificativa de que serviriam para a criação de animais”.

O empreendimento integra o projeto Minas-Rio, cujo nome faz alusão ao trajeto percorrido pelo minério de ferro quando sai da mina instalada em Conceição do Mato Dentro (MG) e chega ao porto em São João da Barra (RJ). O empreendimento engloba o maior mineroduto do mundo, uma forma de transportar a *commodity* por via subterrânea e com uso de grandes quantidades de água. A MMX vendeu parte do projeto Minas-Rio para a Anglo American, em 2008, por US\$ 5,5 bilhões, junto com outra mina no

Amapá. Atualmente, a Anglo American é detentora da mina de extração em Conceição do Mato Dentro, do mineroduto e de 50% do terminal de minério de ferro do porto no Rio de Janeiro, no qual é parceira da empresa de logística de Eike Batista.

Conceição do Mato Dentro era uma típica cidade do interior: os moradores dormiam à noite sem trancar as portas e sabiam apontar na rua quem era filho de quem. O município fica na região central de Minas Gerais, na vertente oriental da Serra do Cipó da Cordilheira do Espinhaço. Em Conceição do Mato Dentro está a terceira maior cachoeira do Brasil, o que lhe conferiu o apelido de capital mineira do ecoturismo. Com a chegada da mineradora a cidade passou por profundas transformações. É considerado “um caso emblemático” por Maria Teresa Corujo, a Teca, ambientalista do Movimento Pelas Serras e Águas de Minas (Movsam), que atua contrário aos grandes empreendimen-

tos de mineração. Ela afirma que em poucos anos Conceição do Mato Dentro demonstra os impactos acumulados por outros municípios mineradores ao longo de décadas, com intensas transformações ambientais e sociais. Um dos exemplos dados por Teca, e lembrado por diversos moradores, foi a chegada de 8 mil homens, em 2009, para trabalhar na instalação da mina no município que tinha apenas 17 mil habitantes. Após as atividades de instalação, grande parte desses trabalhadores permaneceram na cidade, mas sem emprego.

Rodrigo Santos, pesquisador do grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), afirma que é comum a vinda de um grande fluxo de trabalhadores na fase de instalação do empreendimento. Nesse momento, as empreiteiras responsáveis pelas obras alugam casas e quartos para acomodar os trabalhadores, o que inflaciona o mercado imobiliário local. De acordo com Santos, diversos serviços vão progressivamente se convertendo para atender as demandas da mineração. A atividade cria um fluxo de renda que oscila de acordo com o preço internacional do minério de ferro.

A cada dez minutos passam mais de sete carros da Anglo American ou de uma empresa terceirizada pela principal rua da cidade. O bairro Barro Vermelho agora é chamado de Bouganville ou, informalmente, “bairro da Anglo”, pelas casas construídas para funcionários da empresa que vieram de outras cidades trabalhar na mina. No centro, a igreja, o quartel da Polícia Militar e a policlínica estampam placas de reformas com o símbolo da mineradora. O morador Elias Souza resume: “aqui, tudo envolve a Anglo”.

A zona rural passou por transformações ainda mais profundas. Além dos conflitos fundiários, a instalação do mineroduto comprometeu definitivamente as fontes de água e, consequentemente, as hortas que serviam para sustento das famílias. Lúcio Pimenta fala indignado e cansado: “O Brasil vendeu seu próprio povo. Nós hoje somos escravos, vendidos para uma empresa estrangeira explorar e fazer o que quiser na região. É como

se trouxesse um demônio lá da Inglaterra e soltasse aqui”, diz em referência a mineradora cuja sede é em Londres. “A única esperança que eu tenho é Deus. Aqui na terra, nada.”

Ilhados pela mineradora

Ricardo e Rejane Moraes mostram a foto do neto pequeno plantando pau-brasil no sítio em Brumadinho, cerca de 60 quilômetros da capital Belo Horizonte. A propriedade tem 550 jabuticabeiras, 65 pés de manga e 151 espécies de árvores diferentes. “Tudo o Ricardo plantou”, diz Rejane orgulhosa, lembrando também a criação de mogno, árvore de madeira nobre que pretendem deixar de herança para os netos. Em 1990, compraram o terreno e há nove anos a mina de ferro da Mineração Ibrité (MIB) se instalou nas redondezas. Começaram as explosões nas rochas, a poeira e o barulho das máquinas. Os constantes conflitos com a empresa transformaram a vida do casal de aposentados.

A mineradora é obrigada a enviar com antecedência um aviso de quando haverá novas detonações, no qual recomenda que os moradores fiquem dentro de casa, com janelas e portas fechadas. As paredes da casa de Ricardo e Rejane estão trincadas e o telhado amarrado com cabo de aço, “se ficar dentro, a casa pode cair em cima de nós e se sair para o quintal, voa pedra”. Rejane agarra o celular para mostrar alguns vídeos gravados em dias de detonação: o barulho ecoa pela sala, os cachorros latem e as luzes apagam. Ela relata que a sensação é de estar em um avião aterrissando, “treme tudo”. Segundo eles, as explosões acontecem a cada quinze dias, com mais de duas toneladas de dinamite. “O Carandiru foi destruído com 250 quilos de dinamite. Aqui são dez vezes mais”, compara Ricardo. Os dois passaram a gravar vídeos no celular para anexar como provas da ação que ajuizaram contra a empresa para receber indenização por danos morais e materiais.

A mina está praticamente no portão do quintal da casa deles e as máquinas podem ser vistas da varanda.

Rejane diz que em maio deste ano, a MIB teve autorização para ampliar o empreendimento. “Vão minerar a 100 metros da minha porta e a 200 metros farão a pilha de rejeito.” As propriedades vizinhas foram compradas pela mineradora, isolando o casal. Eles contam que a MIB tentou comprar o sítio por um preço muito baixo, sem revelar o valor. Rejane diz que não quer dinheiro, “eu quero é sossego, é minha casa, minha vida está aqui. Nós não temos obrigação de vender, nós não construímos a casa para vender, mas para viver. É um direito nosso”. Ricardo complementa: “Eu moro aqui faz quase 30 anos, tudo do o que tenho está aqui, tudo, meu sonho, meu dinheiro, minhas coisas”.

Em Congonhas, a 80 quilômetros de Belo Horizonte, o relato de moradores ilhados pelas mineradoras se repete. Rebeca Oliveira conta que o bairro Plataforma foi fundado por sua bisavó e antes da CSN chegar se chamava Sobradinho. No Plataforma, os moradores criavam galinha, porco e vaca e plantavam frutas e vegetais, como na zona rural. Rebeca conta que em 2006 começaram boatos de que a CSN visava a compra do bairro para uma possível expansão. No ano seguinte, a empresa se reuniu com a comunidade e, de acordo com ela, deu duas opções: indenização ou casa em um novo terreno. Sandoval de Souza, líder comunitário de Congonhas, opina: “foi negociação de gato e rato, o poder público lavou as mãos”.

Rebeca pertence a uma das cinco famílias que seguem vivendo no bairro Plataforma. As outras 95 receberam indenização, considerada como injusta por Rebeca e Sandoval, ou se mudaram para o Novo Plataforma, onde as casas são padronizadas e não há espaço para criação de animais. As famílias que continuaram no antigo bairro reivindicam negociação justa com a empresa. Rebeca diz que não tem como continuar no local que parece “uma cidade de faroeste abandonada”, com casas parcialmente demolidas.

Quando questionada sobre o que pensa da mineração, a jovem que trabalha em uma lanchonete no centro da cidade reafirma a dependência eco-

nômica de Congonhas: “Não é uma coisa boa, mas também como a gente vai viver sem mineração? A cidade não se preparou para viver de outra coisa, não quer e nem vai se preparar. A mineração passou como um trator, acabou com tudo do bairro, arrasou nossas vidas, mas ao mesmo tempo a gente depende dela”.

Mariana depois da lama

A poucos metros da prefeitura de Mariana (MG), as ruas estreitas de pedra e a arquitetura colonial são substituídas por casas sem reboco. É ali que Poliane de Freitas trabalha. Ela é a fundadora do Movimento Justiça Sim, Desemprego Não, que reivindicava a volta das operações da Samarco duas semanas depois do rompimento da barragem do Fundão. Em certos momentos, concorda que a empresa deveria ser responsabilizada, em outros, vitimiza a mineradora.

O movimento surgiu com um grupo no aplicativo *WhatsApp* administrado por Poliane e até hoje realiza manifestações pela volta da empresa. Ela é filha e neta de atingidos de Bento Rodrigues, mas acredita que a mídia e o Ministério Público “estão só olhando para os atingidos”. Desde o rompimento da barragem, o desemprego aumentou em Mariana – a cidade de 59 mil habitantes tem cerca de 13 mil desempregados. “A gente vai viver de que? Mariana não tem diversidade econômica”, diz Poliane.

Apesar de reunir um número pouco expressivo de pessoas nas manifestações que organiza, o Movimento Justiça Sim, Desemprego Não é uma expressão da opinião de diversos moradores sobre a volta das operações da mineradora. O próprio prefeito da cidade, Duarte Júnior (PPS), afirma desde novembro de 2015 que Mariana precisa da Samarco, porque cerca de 80% da arrecadação da prefeitura viriam da atividade minerária.

Poliane se refere de forma humana à empresa que é uma joint venture de duas das principais mineradoras do mundo, a Vale e a BHP Billiton: “Vamos trabalhar junto com a empresa, porque acho muito feio chutar cachorro morto. A Samarco era considerada

boa enquanto gerava dinheiro para a cidade e depois do que aconteceu vamos simplesmente virar as costas?” Ela acredita que “Deus só dá aquilo que a gente consegue carregar”, e conta que seus avós, mesmo sentindo saudades da casa que perderam, estão conformados porque estão vivos. “É que nem a minha avó fala: ‘é daqui pra frente’. Pra que ficar se remoendo?” Acredita também que as pessoas “tem que ser mais humildes”, e indaga: “e se tivesse morrido todo mundo, quem ia tá aqui para reclamar?”

Perto do escritório de Poliane, vive Maria da Conceição Martins, atingida pelo rompimento da barragem do Fundão. Na casa alugada pela Samarco, passa café bem doce e senta na cadeira da cozinha, acomodando o corpo para sentir uma fresta da luz do sol. Um tímido vaso de alecrim no meio da garagem sem carro é a única plantação da nova moradia. Acostumada a ter leite direto da vaca, queijo, ovos, frango, mandioca e frutas, Maria agora tem que ir ao supermercado.

Maria da Conceição passou seus 75 anos vivendo no distrito de Pedras, a 40 quilômetros da sede de Mariana. No dia 5 de novembro de 2015, a filha Marlene, que morava em Mariana, viu na televisão que Bento Rodrigues tinha sido destruído e a lama seguiria na direção de Paracatu de Baixo, passando pelo rio Gualaxo. Aí veio o desespero, porque Pedras fica próximo ao rio. Marlene ligou para o irmão avisando a tragédia e pedindo para tirar a mãe deles dali. Ele não acreditou e foi alimentar seus animais. “Eles viram que tinha alguma coisa estranha no rio, mas achavam que era enchente, não achavam que ia chegar um mar de lama”, lembra Marlene.

Maria conseguiu sobreviver porque foi para um ponto mais alto, na casa de um vizinho. A lama de rejeitos, que descreve como “uma cola preta que ia carregando tudo pela frente”, levou também sua casa, a horta, as galinhas e a voz. Ficou três meses em silêncio. Só restaram a roupa do corpo e alguns documentos.

O promotor de justiça de Mariana, Guilherme Meneghin, afirma que existe forte preconceito dos moradores do centro da cidade contra os atin-

gidos, principalmente por serem culpabilizados pela Samarco não retomar as atividades. Segundo o promotor, alguns moradores acreditam que os atingidos estariam “ganhando coisas demais”. Meneghin afirma que, de modo geral, os atingidos que perderam renda recebem cartão com valor de um salário mínimo mais 20% de salário mínimo por dependente. Ele salienta que a iniciativa não partiu da empresa, mas do Ministério Público, que expediu uma recomendação para que fornecesse moradia e remuneração até o reassentamento das famílias.

A professora de direito da Universidade Federal de Ouro Preto, Tatiana Ribeiro, critica a postura da Samarco: “a empresa chama de ‘benefício’, o que é uma grande ironia, porque a pessoa perdeu tudo o que tinha e está ganhando um ‘benefício’”. Ela resalta os impactos nas diversas dimensões, como o aumento de depressão e do índice de alcoolismo. “A gente percebe como é violento para as pessoas que viviam em uma comunidade rural e agora tem que viver na cidade, em um apartamento, sem seus vizinhos, sem nenhuma referência da sua própria história.”

Um ano depois do rompimento da barragem do Fundão, poucas medidas foram tomadas para a reparação das comunidades atingidas ao longo da bacia do Rio Doce e do impacto ambiental. Em março, o governo federal, o governo de Minas Gerais, do Espírito Santo e a mineradora Samarco, junto com suas controladoras Vale e BHP Billiton, assinaram um acordo que previa a criação de fundo de R\$ 20 bilhões para recuperar a Bacia do Rio Doce. O acordo foi alvo de críticas por não envolver os atingidos nas negociações. Em julho, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu suspender o acordo.

O promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, Mauro Ellovitch, diz que a reparação ambiental também é ínfima. Até hoje a lama continua vazando da barragem. Segundo ele, a Samarco tem sido ineficiente e age com descaso com a recuperação ambiental. “A prioridade deles é voltar a operar. O resto todo é secundário” critica.

Ellovich argumenta que não é aceitável continuar construindo barragens com alteamento a montante, técnica usada na barragem que rompeu em Mariana e em quase metade das outras barragens do estado. “É a técnica mais barata e mais arriscada”, resume. Ele também critica a construção de barragens próximas a núcleos populacionais. Para o Ministério Público de Minas Gerais, o raio mínimo de distância deveria ser de dez quilômetros. Atualmente, diversas comunidades estão na chamada “zona de auto-salvamento”, um termo técnico que delimita a área na qual o poder público não conseguiria atuar com eficiência em situação de rompimento. “Na verdade, acaba sendo um auto-resgate, cada um por si. É inaceitável colocar as pessoas nessa situação”, diz Ellovich.

No dia do desastre em Mariana, Patrícia Generoso estava em Belo Horizonte. Moradora de Conceição do Mato Dentro, município a 280 quilômetros de Mariana, viu pela televisão do porteiro a lama de rejeitos destruindo Bento Rodrigues. “Eu não conseguia ver Bento Rodrigues, eu via Água Quente [comunidade rural de Conceição do Mato Dentro]”, lembra. Para ela, Água Quente é espelho de Bento Rodrigues, com a diferença que o distrito de Mariana estava a seis quilômetros da barragem de rejeitos de minério da Samarco, e Água Quente está a três quilômetros da barragem da Anglo American.

A filha de Darcília de Sena, moradora de Água Quente, não dorme. “Mãe, escuta esse barulho, a barragem já vem”, diz nas épocas de chuva na região. Darcília e seus oito irmãos passaram a infância no local onde hoje está instalada a barragem da Anglo American. O terreno era do pai de Darcília, e antes foi da avó e da bisavó. Se mudou para a casa do marido, mas continuou plantando banana e mandioca nas terras que eram da família até que um dos irmãos vendeu para a mineradora. Ela reclama do fedor que não sabe de onde vem, mas desconfia que seja da “lama podre” dos rejeitos. O cheiro que sente é “como entrar na barriga de boi podre ou queimar chifre e passar pela fumaça”.

Os moradores de Conceição do

Mato Dentro são descrentes em relação à instalação de sirenes que avisariam em caso de rompimento da barragem. Patrícia argumenta que não são como ratos treinados e as pessoas não sairiam de suas casas e seguiriam o sistema de fuga tranquilamente: as pernas tremeriam, o desespero tomaria conta. “Sirene pra que? Pra avisar que a gente vai morrer?”, indaga Darcília.

Lobos e galinhas

Após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, o promotor de justiça Guilherme Meneghin diz que a questão-chave é o conceito de atingido. A Samarco considera cerca de 1,5 mil atingidos e para o Ministério Público passam de 3 mil. “Não há dúvidas no caso dos moradores de Bento Rodrigues, mas nós temos inúmeras situações que a empresa se recusa a considerar como atingidos”, afirma.

A professora de direito Tatiana Ribeiro entende que a prefeitura, o estado e o governo federal foram negligentes, e a Samarco acabou assumindo a responsabilidade de dizer quem são os atingidos. “Isso é muito grave, porque é a empresa quem delimita as pessoas que tem direito a qualquer ajuda emergencial da própria empresa”, afirma. Um exemplo

de atingidos que não são considerados são alguns moradores de Barra Longa que não perderam as casas, mas tiveram os quintais destruídos pelo mar de lama. “Eles viviam do que plantavam nesses quintais e não estão tendo reparação nenhuma”, afirma a professora.

Em Conceição do Mato Dentro, o projeto Minas-Rio reconhecia apenas duas comunidades como atingidas pelo empreendimento no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), apresentado para a Secretaria de Meio Ambiente (Semad) a fim de obter a licença ambiental. Após diversos conflitos, o Ministério Público solicitou estudo complementar que foi realizado com consultoria técnica da empresa Diversus, no qual foram reconhecidas 22 comunidades.

As críticas à falta de reconhecimento de atingidos no EIA se repetem em outras cidades. As comunidades em torno da cava da mina ficam sem água, respiram o pó de minério de ferro, convivem com o alto som das máquinas e, muitas vezes, com o medo do rompimento da barragem de rejeitos – mas não são consideradas atingidas. “Você pede ao lobo mau para fazer estudo de como cuidar melhor as galinhas”, compara a militante Teca, se referindo às consultorias técnicas que são contratadas pelas mineradoras para realizar o estudo. Ela argumenta

Darcília de Sena mora embaixo da barragem da Anglo American



Matheus Lobo

que em outros países o Estado contrata a empresa de consultoria a partir de recursos de um fundo das empresas.

O diretor administrativo do Sindixtra, o sindicato das mineradoras de Minas Gerais, Cristiano Parreiras, afirma que as empresas contratam consultorias com equipes multidisciplinares durante a elaboração do EIA. “São essas pessoas que dizem quais são as comunidades que vão ser impactadas por aquele empreendimento – é um estudo eminentemente técnico”, argumenta. Ele ressalta que uma das características do setor é a rigidez locacional, ou seja, não é possível minerar ferro em uma área onde não tenha a substância. “Quando constatamos a existência de uma jazida com viabilidade de exploração e tem uma comunidade naquele local, fazemos o processo de realocação daquelas pessoas visando o desenvolvimento do projeto. É um processo feito com acompanhamento da sociedade, do Ministério Público e do órgão ambiental”, defende.

Elias Souza mora em uma das comunidades que a Anglo American não considerou como atingida, mas que o estudo complementar sim. A casa onde vive com a esposa e o filho pequeno tem rachaduras causadas pelo tremor de terra do mineroduto quando está bombeando o minério de ferro. Ele mora a 500 metros do terreno da Anglo American e aponta da janela o caminho do mineroduto que é acionado dia e noite. “Para a empresa funciona assim: se sua terra tem minério você é atingido”, afirma, alegando que a empresa apenas reconhece como atingidos as comunidades onde o projeto irá se instalar, desconsiderando as do entorno.

As comunidades rurais de Conceição do Mato Dentro reivindicam o reassentamento. Apesar da sensação de pertencimento àquelas terras, os moradores não enxergam possibilidade de continuar vivendo ali. Um dos principais motivos foi a seca dos córregos e nascentes depois da instalação da mina e do mineroduto, inviabilizando a agricultura e criação de animais. “Aqui a resistência é feita pelas pessoas que realmente dependem da água, da terra e que tiveram o modo

de vida alterado substancialmente”, afirma a moradora Patrícia.

A oposição às mineradoras costuma ser formada por um grupo local de moradores que são impactados diretamente pela mina, normalmente instalada em zonas próximas às populações negras e pobres. Existe também uma rede de articulação em Minas Gerais que faz com que as resistências em cidades distintas dialoguem, promovida principalmente pelo Movimento pelas Serras e Águas de Minas (Movsam). Uma das principais figuras contrárias à mineração é Teca, conhecida por promotores, grupos acadêmicos, atingidos e militantes. Ela se envolveu com a mineração em 2001 quando participou da audiência pública sobre a ampliação de uma mina na Serra da Piedade, no município de Caeté (MG), onde morava e trabalhava como artesã. Teca não volta para sua casa há nove meses e sabe que o antigo ateliê está afundando por causa dos cupins. Ela vive com um casal de idosos em Belo Horizonte que disponibilizaram um quarto como forma de contribuição para a militância contra novos projetos de mineração. “Foi uma escolha minha abandonar tudo diante da demanda da mineração. Eu sei que pode parecer uma escolha absurda para muita gente, mas para mim tem total coerência”, diz.

Uma das atuações do Movsam é apoiar diversos grupos que resistem à mineração e observar os movimentos das grandes mineradoras para solicitar audiências públicas, porque seus integrantes acreditam ser o primeiro espaço de diálogo com as comunidades que serão impactadas. Na fase do licenciamento prévio, após o recebimento do EIA, o órgão ambiental do estado é obrigado a publicar no diário oficial um edital de abertura de prazo para realização da audiência pública. O poder público e entidades civis sem fins lucrativos tem 45 dias para solicitar a audiência e é nela que acontecem os embates entre militantes e empresários. Mesmo sem caráter decisório, as audiências públicas são consideradas determinantes para o Movsam, porque é o momento no qual as comunidades passam a ter conhecimento de que uma nova mina está iniciando o

licenciamento ambiental para se instalar naquele local e, acreditam, ser a oportunidade de iniciar um movimento de resistência.

O advogado e pesquisador do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), vinculado à UFMG, Vinicius Papatella, defende que a audiência pública seja antecipada, porque quando ocorre já está protocolado o EIA. “É para tentar antecipar a resistência. Quando a resistência se forma no momento da audiência pública, no momento de uma licença prévia, o teatro já está montado e os ingressos já foram vendidos”, diz.

O trabalho nas minas

Nas noites frias do inverno de Congonhas, Rosângela Moreira, mulher negra, forte e baixinha, se revira na cama sem dormir. Rosângela sente dor na coluna. Depois de cinco anos trabalhando com limpeza pesada dentro da mina da Vale por uma empresa terceirizada, ela agora vive com o auxílio-doença que recebe do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em 2012, sofreu lesão por esforço repetitivo e ficou afastada do trabalho durante um mês. Pouco tempo depois que retornou à empresa, Rosângela conta que foi demitida e recorreu ao sindicato para ser reincorporada. Foram nove meses sem receber o salário: a empresa terceirizada alegava que deveria vir do INSS, o Instituto alegava que era responsabilidade da empresa. A advogada do sindicato entrou com ação com pedido liminar na justiça e Rosângela passou a receber o auxílio do INSS enquanto espera pela sentença do juiz. Na coluna, Rosângela tem “tudo o que você possa imaginar de ruim”, e complementa “hérnia de disco, desvio, desgaste, tudo: não posso ficar muito tempo em pé, nem muito tempo sentada”. Aos 49 anos, Rosângela ouviu dos médicos que possivelmente se aposentará por invalidez. Enquanto conta a rotina de trabalho, Rosângela reclama também da falta de firmeza no braço. “Não consigo nem abrir uma garrafa da água.”

O trabalho com a mineração parece sina da família. O pai de Rosân-

gela trabalhou na Vale e a irmã ainda trabalha com limpeza dentro da mina. Rosângela conta que colocava lã de aço embaixo da vassoura para limpar paredes, mesas e salas da usina de concentração que ficavam impregnadas de pó do minério de ferro. “De tanto limpar a empresa, hoje eu não consigo varrer minha casa.” Ela diz que seu rosto ficava inchado de alergia ao pó do minério e que a empresa não fornecia máscara. As oito horas de trabalho remunerado com salário mínimo, cartão alimentação e plano de saúde não compensavam. “A gente ganha uma mixaria para o serviço que faz e a quantidade de pó que respira.” Afirma que nenhum serviço dentro da mineração é bom para trabalhar, “quem não é da área da limpeza também reclama, todo mundo que mexe com mineração reclama”.

O presidente do sindicato Metabasse de Congonhas, Sidney José Roque, acusa as empresas de “camuflarem os acidentes”. Segundo ele, as mineradoras induzem o trabalhador a não realizar a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) que só seria feita quando “é um acidente que não tem como esconder”. Lourival Andrade, membro do Instituto Brasileiro de Educação, Integração e Desenvolvimento Social (Ibeids) e ex-trabalhador da mineração, entende que os acidentes dentro das minas são ainda mais subnotificados, considerando que as mineradoras não declaram quando envolve terceirizados. “Na carteira de trabalho diz que o trabalhador é da construção civil, ou da manutenção, ou da limpeza. Então essa pessoa está há anos trabalhando na mineração, em um buraco, com problema na coluna, cheirando aquele pó tóxico, mas não trabalha na mineração”, ironiza.

A diretora de saúde do trabalhador da Secretaria de Saúde de Minas Gerais, Marta de Freitas, confirma que as subnotificações de acidentes de trabalho são um dos principais problemas do setor. Ela comenta que poucos documentos de CAT foram aceitos de médicos que não são da empresa, o que caracterizaria que apenas os acidentes mais graves estariam sendo comunicados. As empresas se negam a realizar a CAT, demitem o traba-

lhador e começa o que ela chama de “peregrinação para que a doença seja reconhecida como decorrente do trabalho”, o que normalmente só acontece judicialmente.

Marta de Freitas também destaca a terceirização como um problema grave da atividade minerária. Segundo ela, algumas mineradoras chegam a ter 70% do efetivo terceirizado. No entendimento da diretora de saúde do trabalhador, os terceirizados são mais vulneráveis e estão sujeitos a sofrer mais acidentes. Outra característica do setor, segundo Freitas, é que a instalação do empreendimento não se converte em vagas de emprego de boa qualidade para os moradores do município, e sim para profissionais que vem de outras cidades. Para os moradores sobram empregos nas empresas terceirizadas.

O pai de Cris Teixeira trabalhou dentro de uma mineração e sofreu dois acidentes em Nova Lima. No último acidente, foi colocar óleo na correia transportadora que foi ligada e caiu de 20 metros de altura. Aposentado, até hoje tem uma perna maior do que a outra. A família se mudou para Congonhas, onde a única dos três irmãos que completou o ensino médio começou a trabalhar com limpeza dentro da mina da Vale. Mulher transexual, com os cabelos loiros e curtos, Cris diz que não sofreu preconceito por sua identidade de gênero, mas foi perseguida por ser uma liderança nas negociações de direitos trabalhistas.

As empresas terceirizadas que vencem nova licitação costumam manter os mesmos funcionários da empresa antiga, o que segundo Marta de Freitas faz com que trabalhadores passem anos sem tirar férias. Ela afirma que os contratos das terceirizadas são curtos, com duração máxima de dois anos. As denúncias mais comuns no setor mineral que chegam até a diretora de saúde do trabalhador são a terceirização ilegal, a falta de cumprimentos de segurança e assédio moral. Esse último, ela define como “um câncer das grandes empresas” e exemplifica pela prática de depreciar os trabalhadores por suas crenças e características físicas, ou por cobrar um nível de produção diferente dos outros, “até chegar

no ponto que o trabalhador enlouquece ou pede demissão”.

Cris não enlouqueceu, nem pediu demissão. Foi demitida. Trabalhava dentro da mina desde 2009 e foi contratada pela nova empresa terceirizada. Segundo ela, o acordo coletivo garantia que todos os benefícios seriam mantidos pela terceirizada que venceu a licitação, mas o cartão alimentação foi reduzido de R\$ 105 para R\$ 45. Cris foi uma das responsáveis por organizar a greve de um dia que gerou uma reunião de conciliação no Ministério do Trabalho, na qual ela representou os trabalhadores. A empresa foi obrigada a pagar retroativo no cartão alimentação e ajustar o valor. A partir disso, Cris começou a ser transferida constantemente. “Não ficava nem uma semana no mesmo setor, porque não queriam que eu tivesse contato com os funcionários”, lembra. Depois, foi transferida para fora da mineração, onde trabalhou poucos meses limpando uma loja de telefones até voltar para a mina e ser demitida, segundo a empresa por corte de funcionários e segundo ela por perseguição. Ela abriu processo por assédio moral e venceu na primeira instância, mas a empresa recorreu e agora aguardam a decisão em Brasília. Cris afirma que os funcionários de terceirizada não reclamam seus direitos “porque tem medo, ainda mais por ser da Vale, uma empresa tão grande e poderosa”.

As mineradoras Anglo American, CSN e Vale foram procuradas, mas não responderam aos questionamentos dessa reportagem.

SEDE DE FERRO

Uso de água nas minas compromete aquíferos e seca rios no entorno

As casas simples, a falta de saneamento básico e os meninos correndo apressados atrás de uma bola fariam do Pires um bairro periférico como muitos outros do Brasil, não fosse a cor: é impossível encontrar um lugar que não seja recoberto pelo tom avermelhado do pó do minério de ferro que o vento traz das minas vizinhas. Uma casa pintada de branco é branco-ferrugem, a folha da árvore é verde-ferrugem, a parede rosada da padaria é rosa-ferrugem, o chão é mistura de barro vermelho com ferrugem. E por isso ninguém no Pires usa roupa branca.

O bairro Pires fica a dez quilômetros do centro da cidade de Congonhas, está ao lado da BR-040 e é cortado por uma linha de trem da MRS Logística que transporta minério de ferro de grandes empresas como a Vale e a CSN. Congonhas tem o segundo ferro mais puro do país, só perde para Carajás (PA), concentrado especialmente na Serra Casa de Pedra. Os 4 mil habitantes do Pires estão circundados por minas de quatro empresas – Vale, Congonhas Minérios (recente fusão da CSN e Namisa), Ferrous Resources e Ferro Mais.

Além da poeira avermelhada do ferro, a falta de água é outro problema que as minas trazem ao Pires. Em agosto, quando a reportagem esteve no bairro, alguns moradores protestavam na garagem de uma empresa que presta serviço para as mineradoras. A empresa estaria usando a água para limpar caminhões impregnados de minério. Como a água usada pelos moradores é gratuita, algumas empresas estariam se aproveitando da situação. Era apenas mais um dia sem água no Pires.

O problema chegou ao ápice em 2010. “Nós ficamos três meses tomando água com barro”, resume Ivana Gomes. A moradora lembra que nessa época cerca de 200 pessoas fizeram um mutirão para limpar o córrego por onde saem os canos de captação que abastecem as casas. “Tiramos no braço em torno de 50 toneladas de minério”, conta. A limpeza comunitária não resolveu completamente o problema e o Ministério Público foi acionado. A CSN e a Namisa foram responsabilizadas pelo assoreamento de duas nascentes que abastecem a região (Boi na Brasa e João Batista), causado durante as obras de constru-

ção da estrada para o trânsito de caminhões pesados. A partir do Termo de Ajustamento de Conduta firmado, as empresas passaram a fornecer para 600 residências água mineral, caixas d’água e caminhões pipa durante três anos. Hoje, a comunidade segue bebendo água vinda de bicas e sem tratamento que é distribuída por canos em todas as casas.

O pequeno bairro, com pés carregados de jabuticaba e água bruta abundante, foi crescendo nas últimas décadas por ser um lugar barato para morar e próximo das minas onde muitos trabalham em empresas terceirizadas. A expansão dos empreendimentos afetou diretamente a água da população que muitas vezes sai da torneira cheia de pó do minério de ferro. Mexendo nos longos cabelos negros, Ivana Gomes conta rindo o dia que seu chuveiro ficou preto e explodiu por causa do minério que grudou na resistência. A mãe dela age com naturalidade ao pegar a água do café em uma torneira com pano amarrado na ponta, um filtro improvisado contra o pó do minério. Ivana, que tem dois irmãos trabalhando nas minas ao redor, lembra que na época do pai, quando

os trabalhadores quebravam ferro na marreta, a água bruta era boa. Hoje, segundo ela, a água continua boa, mas tem toda a poeira da mineração.

A história do bairro Pires se repete em outras cidades com o mesmo enredo: a empresa se instala em locais ricos em recursos hídricos, as comunidades mais próximas da mina ficam sem água, uma articulação comunitária aciona o Ministério Público que faz acordo com a empresa e a obriga a fornecer água, mas, até que isso de fato aconteça, quem deu azar de morar perto de uma terra que esconde minério tem que se virar buscando água em alguma bica que ainda resiste, fraca mas teimosa.

Nas minas do Quadrilátero Ferrífero, a água é usada principalmente durante o beneficiamento do minério. O processo torna a matéria prima – normalmente mistura de ferro, terra e outros minerais de baixo valor comercial – em material adequado para a venda. Desse processo, saem os rejeitos que ficam dispostos sob a forma de água com solo, demandando uso de barragens de contenção. Essa forma de dispor os rejeitos recebe críticas de diversos setores, contra e até a favor da mineração, por ser um processo antigo que usa muita água e constrói imensas barragens que causam desconfiância e temor, especialmente depois de novembro do ano passado, quando a barragem de Fundão rompeu em Mariana deixando 19 mortos. Uma maneira mais segura, mas mais cara, seria o empilhamento de estéril a seco, tecnologia raras vezes empregada pelas mineradoras da região.

O diretor administrativo do Sindixtra, o sindicato das empresas mineradoras de Minas Gerais, Cristiano Parreiras, defende que o setor mineral desenvolve suas atividades de forma a causar o menor impacto nos recursos hídricos através da utilização racional da água, com reuso de água dentro dos processos produtivos. Já para o promotor de Justiça Mauro Ellovitch, coordenador regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba, as mineradoras causam um impacto inegável na disponibilidade hídrica. Segundo ele, as empresas são obri-

gadas por lei a manter um índice de disponibilização de água que segue padrões ultrapassados. “A mineradora acaba utilizando a água e devolvendo para o meio ambiente bem menos do que o necessário para manter a disponibilidade hídrica a jusante.” Ele acrescenta que muitas mineradoras estão em regiões de classe 1, classe especial de água de maior qualidade, e devolvem ao ambiente água classe 2, que é possível ser utilizada mediante tratamento. “O custo de tratamento de água de classe especial não é o mesmo de classe genérica. As mineradoras acabam jogando nas costas da sociedade esse custo”, afirma o promotor.

Paulo Rodrigues, geólogo e integrante do Movimento Pelas Serras e Águas de Minas (Movsam), crítico ao setor mineral, afirma que em espaços de discussão da sociedade civil com as mineradoras, como por exemplo nas audiências públicas, é comum que as empresas admitam que as regiões onde mineram são também locais de importância hídrica, mas não concordam que a mineração destrói os aquíferos profundos. Afirmando que, depois de esgotada, a cava da mina se transforma em um grande buraco que serviria como uma zona de recarga hídrica, ao se transformar em uma espécie de lagoa. “Repara como parece sutil a diferença de um quadro desastroso e um quadro preservado: transformam um aquífero profundo em aquífero raso.” O geólogo frisa a diferença: “Quanto mais raso o aquífero, mais vulnerável é”.

Rodrigues admite a dificuldade de acessar dados sobre o impacto das mineradoras nos recursos hídricos no entorno da mina. De acordo com ele, há relatos que apontam que nascentes até quatro quilômetros da cava da mina podem secar, mas as informações são difíceis de acessar porque os estudos são feitos pelas próprias empresas, e não pela Secretaria de Meio Ambiente. Essa dificuldade em acessar estudos leva ao questionamento se a reutilização da água dentro das minas é tão eficiente quanto anunciada.

O promotor Mauro Ellovitch reforça que a quantidade de água usada pelas empresas não é devidamente aferida pelo Estado. “Até pouco tem-

po atrás essas mineradoras consumiam água sem nem ter que instalar o hidrômetro nas captações. A empresa declarava que estava cumprindo o limite que estava na outorga, o que é absurdo. Tem que haver controle e fiscalização se a empresa efetivamente está consumindo aquilo que declara.”

Maior mineroduto do mundo

Em Conceição do Mato Dentro, cidade a 165 quilômetros da capital Belo Horizonte, próxima à região do Quadrilátero Ferrífero, as comunidades rurais que sempre viveram da horta plantada no quintal, dos animais que criavam e do serviço extra em uma grande fazenda ao redor foram surpreendidas pela súbita seca de córregos e bicas da água. Além do uso da água na bacia de rejeitos de minério da empresa britânica Anglo American, os moradores rurais de Conceição do Mato Dentro também têm o maior mineroduto do mundo passando por debaixo de suas casas. Para ser transportado pelos 529 quilômetros de tubulação, o minério precisa ser diluído e bombeado por água. A mistura leva cerca de quatro dias para sair da mina em Conceição do Mato Dentro (MG) e chegar ao porto em São João da Barra (RJ), atravessando 33 municípios para finalmente entrar no navio e partir para o mercado externo.

O mineroduto da Anglo American tem capacidade de transportar 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano e começou a funcionar em outubro de 2014. Em janeiro daquele ano, Minas Gerais enfrentou uma das piores crises hídricas, o que gerou várias críticas a essa forma de transporte da *commodity*. Atualmente, de acordo com a Secretaria de Meio Ambiente, há quatro grandes minerodutos em Minas Gerais. Além da Anglo American, a Samarco tem três minerodutos que eram utilizados no escoamento da produção em Mariana (atualmente parada por causa do rompimento da barragem) para o Espírito Santo. Ainda de acordo com a secretaria, outros 11 minerodutos com extensão inferior a dez quilômetros realizam o transporte entre complexos



Casas na região rural de Conceição do Mato Dentro são abastecidas com caixa d'água após seca nos rios

minerários dentro do estado.

A mina e o mineroduto da Anglo American consomem 2,5 milhões de litros de água por hora, quantidade suficiente para abastecer uma cidade de 220 mil habitantes. Uma das principais localidades afetadas pelo mineroduto, que até hoje não é reconhecida como atingida pela empresa, é Água Quente. De água em Água Quente, só restou o nome e uma ou outra bica. Patrícia Generoso, moradora de Conceição, conta que a comunidade foi a primeira a sentir o impacto, porque dependia completamente do rio que a cruzava. “Não há possibilidade de fazer uma instalação do empreendimento sem que haja um dano efetivo e irreversível na água.”

Nascido e criado em Água Quente, Zé Lúcio fala descrente, com o rosto maltratado pelo tempo de trabalho duro na terra. “As nascentes secaram tudo. Antes da mineradora chegar aqui nunca faltou água. Tinha brejo e acabou, tinha nascente e acabou. Daqui uns tempos não vamos ter água aqui, vamos viver que nem o Nordeste, no seco”, diz sem erguer a cabeça, em tom cansado, e com parte das canelas enfiadas no rio que antes chegava até a cintura.

Elias Souza mora na comunidade

São Sebastião do Bom Sucesso e transita de carro pelos barrancos de terra, apontando vez ou outra para uma casinha no meio do caminho: essa menina aqui fica semanas sem água, essa caixa da água está seca há dois anos, esses daqui só recebem água suja.

De acordo com Larissa Vieira, advogada que integra o Coletivo Margarida Alves de assessoria de direitos humanos, a Anglo American oferece caminhão pipa para algumas comunidades que foram afetadas com a falta de água. “A gente sabe que histórica e antropologicamente as comunidades se constroem ao redor de rios, e todo mundo ali dependia muito da água. A mineração chega, se apropria do território e as comunidades ficam reféns do abastecimento pela mineradora.” A advogada também comenta sobre a família Faustino que vive à jusante da barragem e é abastecida pela prefeitura do município com água suja. De acordo com ela, a prefeitura entregou uma declaração para a família assinar que está ciente que a água não é própria para consumo – nem para cozinhar, nem para beber, apenas para lavar roupa, louça e tomar banho. Na propriedade dos Faustino, que reúne quatro pequenas casas de pau a pique onde moram membros da família, Le-

nita diz que a empresa acabou com a água da nascente. Ela mostra o lugar com a terra rachando de seca, “nem horta tem mais não, sem água é difícil”.

Em várias pesquisas feitas sobre o empreendimento em Conceição do Mato Dentro, a falta da água sempre aparece como um dos principais eixos de conflito entre a empresa e os moradores. O relatório feito pela empresa de consultoria técnica Diversus, a pedido do Ministério Público, confirma a relação histórica de dependência das comunidades rurais com a água e demonstra que a forma predominante de abastecimento é por nascentes ou poços – 41% dos entrevistados pela pesquisa responderam que possuíam nascente ou poço dentro da propriedade. No relatório consta que os moradores reclamam das águas se tornarem mais turvas e também da diminuição do volume em córregos e cabeceiras que abastecem as famílias. Basta tomar alguns cafés nas casas das comunidades rurais para escutar a história que se repete: a água que tinha ali, a poucos metros de casa, secou. Os moradores se viram como podem em busca de uma bica da água que não esteja dentro das muitas terras que hoje pertencem à mineradora Anglo American.

A própria licença ambiental concedida ao projeto Minas-Rio é questionada por ter sido feita de forma fragmentada, em três processos independentes, o que diminui a percepção do impacto ambiental gerado pelo empreendimento. Ao invés do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) ser responsável pelo licenciamento do projeto, já que inclui dois estados (MG e RJ), a mineradora conseguiu a licença ambiental da mina com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Semad) de Minas Gerais, a licença ambiental para o porto com o Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (Inea) e a licença do mineroduto com o Ibama. Para a licença ambiental prévia da mina em Conceição do Mato Dentro houve mais de 300 condicionantes – mais do que a polêmica Usina de Belo Monte, no Rio Xingu (PA). Como a empresa não cumpriu todas as condicionantes da licença prévia, ao solicitar a licença de instalação, esta foi dividida em duas fases, procedimento não previsto pela legislação ambiental brasileira. Assim, as condicionantes já cumpridas pela mineradora se agruparam na fase 1 da licença de instalação, e as não cumpridas na fase 2, possibilitando a instalação de parte do empreendimento sem o cumprimento de todas as condicionantes.

Quadrilátero Aquífero

O Quadrilátero Ferrífero abriga a maior parte dos municípios que lavram minério de ferro e seu nome é disputado por movimentos que defendem o uso de “Quadrilátero Ferrífero-Aquífero”, em alusão à importância do local para a segurança hídrica da região metropolitana de Belo Horizonte, a terceira maior região do país. Com um festival de mapas coloridos e em perspectiva passando pelo computador, o geólogo Paulo Rodrigues demonstra que no Quadrilátero há o que ele chama de “infeliz coincidência”: o aquífero Cauê, principal aquífero para o abastecimento da região metropolitana de Belo Horizonte, é também composto por minério de ferro. A camada onde está o minério de ferro é a mesma que protege e alimenta o

aquífero, explica Paulo. “Então aqui, diferente de outros lugares, diferente de outros tipos de mineração: ou você minera o ferro ou você protege o aquífero”, conclui.

O minério de ferro é encontrado no topo dos morros, área importante para recarga hídrica porque é onde costumam ocorrer as chuvas. O geólogo explica animado o que chama de “uma dádiva da geologia”. Afirma que o Cauê é uma formação ferrífera que, ao mesmo tempo, tem poros que facilitam a acumulação hídrica e fissuras que propiciam a circulação da água para abastecer rios e nascentes. O Aquífero Cauê é um dos quatro aquíferos do Quadrilátero e sozinho é responsável por 80% das reservas hídricas dos aquíferos profundos da região. Para Rodrigues e outros integrantes do Movimento Pelas Serras e Águas de Minas (Movsam), a atividade destrói o aquífero, o que gera um longo efeito de comprometimento das nascentes e rios. O geólogo faz questão de ressaltar a importância dos aquíferos profundos e afirma que “é possível recuperar um rio, mas um aquífero dificilmente se recupera”.

A região metropolitana de Belo Horizonte é abastecida basicamente por dois rios, o Paraopeba e o Rio das Velhas, afluentes do São Francisco. Rodrigues calcula que hoje cerca de 2,2 milhões de pessoas dependem diretamente da única captação de água do Rio das Velhas. Segundo ele, apenas essa captação é responsável por cerca de 70% do abastecimento de Belo Horizonte, 100% de Raposos, 98% de Nova Lima e 97% de Sabará, além de 37% de Santa Luzia. Por isso, ressalta a necessidade de preservação de locais como a Serra do Gandarela, importante para a vazão do Rio das Velhas e de importantes afluentes da bacia do Rio Doce.

Parque nacional ameaçado

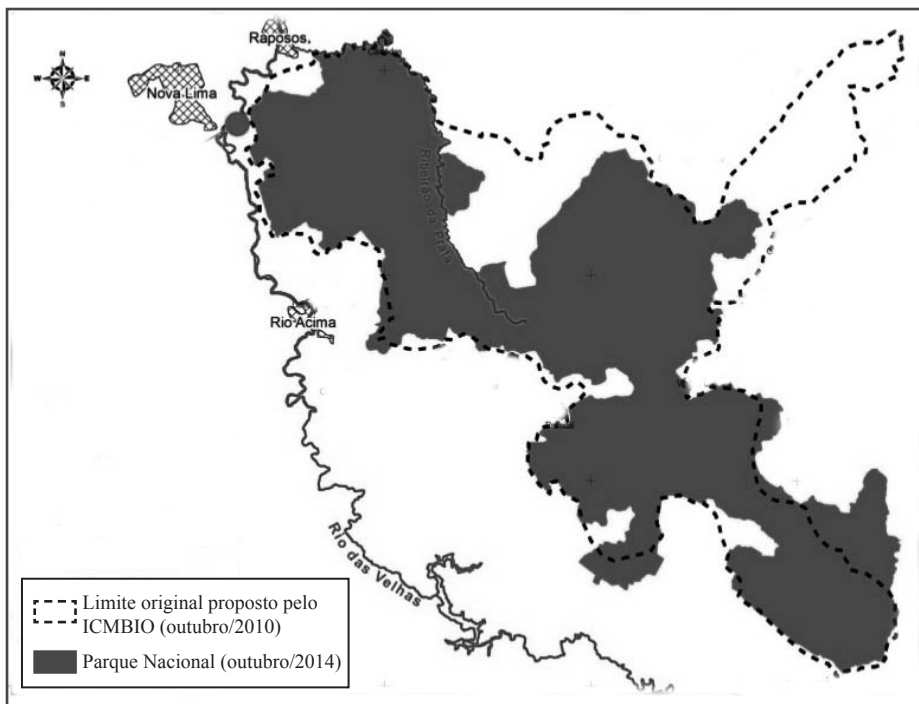
A ambientalista militante Maria Teresa Corujo, a Teca, passou várias semanas de 2007 indo na Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) pesquisar processo por processo de licenciamento e anotando coordenadas geográficas para transformar em

mapa. Foi assim que descobriu que apenas no município de Caeté havia cinco Autorizações Ambientais de Funcionamento e diversas autorizações em outros municípios estavam precisamente onde é a Serra do Gandarela.

Dependendo do impacto poluidor, os empreendimentos são classificados e recebem graus de exigências diferentes para o licenciamento ambiental. Pela legislação brasileira, entende-se que um posto de gasolina, por exemplo, não tem grande impacto e, portanto, não precisa apresentar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), podendo funcionar com a simples Autorização Ambiental de Funcionamento. Em Minas Gerais, a legislação permitia que minas que retiravam até 300 mil toneladas de minério de ferro ao ano não precisariam apresentar o EIA. Segundo Teca, o intuito do Estado era atender aos interesses das empresas, possibilitando a prática que se tornou comum pelas grandes mineradoras: dividir as minas para enquadrá-las como empreendimento que necessitaria apenas de Autorização Ambiental de Funcionamento, não do EIA. A prática foi proibida a partir de 2011, quando a justiça atendeu a ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual, proibindo a concessão de Autorização Ambiental de Funcionamento para mineradoras. A partir de então, a extração do minério de ferro em Minas Gerais pode ocorrer somente mediante obtenção de licenças ambientais, devidamente precedidas de elaboração de EIA.

Os moradores de André do Mato Dentro, comunidade rural do município de Santa Bárbara que fica no coração da Serra do Gandarela, receberam visitas de empresários da Vale, anunciando um grande empreendimento que daria emprego e comprando terrenos. A partir de então, o movimento que surgiu em várias cidades que tinham projetos de iniciar a mineração tomou corpo. Teca conta que em 2007 nasceu a articulação que mais tarde seria chamada de Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela.

O que estava surgindo na frente deles era o Projeto Apolo, da Vale, empreendimento localizado nos mu-



Comparação da área inicial e final do Parque Nacional do Gandarela

nicipios de Caeté, Santa Bárbara, Rio Acima e Raposos. Segundo o Estudo de Impacto Ambiental apresentado pela Vale, a mina Apolo ocuparia uma área de 1,8 mil hectares e ficaria 40 quilômetros à sudeste de Belo Horizonte. O projeto estima que a vida útil da mina seja de apenas 17 anos e produza 24 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. A bacia de rejeitos prevista no Estudo apresentado pela Vale é quase dez vezes maior do que a que estourou em Mariana e ficaria em cima do município de Raposos. No brasão da cidade, o desenho de lenço roxo representa as viúvas da silicose, doença que está ligada principalmente à extração de ouro, mostrando a relação histórica desse município com impactos causados pela mineração.

Uma das constantes disputas entre a Vale e os movimentos ambientalistas é sintetizada na trajetória da criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela. A Serra do Gandarela é defendida pelos ambientalistas como um dos únicos territórios hídricos no Quadrilátero que ainda não foi impactado pela mineração e que encontra a maior área contínua do aquífero Cauê. Eles afirmam que a Serra do Gandarela é importante tanto para o fornecimento de água para as comunidades rurais do entorno – dos municípios de Raposos, Rio Acima, Santa Bárbara,

Barão dos Cocais e Caeté – quanto para os núcleos urbanos da região metropolitana de Belo Horizonte. O geólogo Paulo Rodrigues diz que é da Serra do Gandarela que vertem as nascentes para o Rio das Velhas que, por sua vez, alimentam a captação de água que atende à demanda da região metropolitana de Belo Horizonte.

A criação do parque surgiu a partir da solicitação de entidades que entendiam que o Projeto Apolo da Vale destruiria significativamente a Serra do Gandarela, ameaçando a segurança hídrica. Em outubro de 2009, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) recebeu ofício de 26 entidades solicitando estudos para a criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela. A proposta inicial do Parque foi publicada no ano seguinte e abrangia grande parte das cangas ferruginosas, responsáveis pela recarga do aquífero Cauê, além de diversas singularidades naturais e culturais que justificavam a criação do parque. Por meio de uma recomendação do Ministério Público de Minas Gerais, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Semad) suspendeu o licenciamento da mina da Vale, prevista para ser aberta na área onde poderia ser criado o Parque Nacional.

Durante os 18 meses seguintes foram realizadas diversas consultas pú-

blicas nos municípios que integrariam o Parque. Moradores de Santa Bárbara pediram ao ICMBio que parte da proposta do Parque Nacional fosse transformada em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), categoria que permitiria que os pequenos apicultores continuassem a exercer a atividade. A demanda foi acatada e o Instituto Chico Mendes enviou ao Ministério de Meio Ambiente a proposta final, que abrangia o Parque Nacional da Serra do Gandarela, com cerca de 26 mil hectares, e a RDS, com cerca de 9 mil hectares.

Em 2014, a então presidenta Dilma Rousseff decretou a criação do Parque, porém sem a RDS e com área de 31 mil hectares. O resultado final foi criticado por atender aos interesses da viabilização da mina Apolo da Vale. A diferença de área entre a preservação proposta pelo Parque Nacional junto com a Reserva e a criada efetivamente é de 4 mil hectares, mas Paulo Rodrigues ressalta que o mais importante não é a diferença numérica, e sim a retirada de uma área que era central para a preservação. “Criaram o parque do Gandarela, sem a Serra do Gandarela”, resume.

O promotor Mauro Ellovitch concorda. “Foi feito um corte grande em relação ao que estava no projeto original, atendendo à demanda específica da Vale.” O pesquisador do grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), Rodrigo Santos, ressalta a importância dessa mina para a empresa. Em sua análise, a Vale tem dois grandes projetos prioritários no Brasil – S11D, no Pará, e o Apolo, em Minas Gerais.

Com a queda do preço do minério de ferro no mercado internacional, o projeto Apolo está parado e o órgão responsável pelo licenciamento ambiental aguarda o interesse da Vale para reabrir o processo. ●

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Comunicação e Expressão
Departamento de Jornalismo
Trabalho de Conclusão de Curso**

**Reportagem:
Júlia Rohden**

**Orientação:
Daisi Vogel**

Florianópolis, 2016

